

## Sumário

---

AGRADECIMENTOS.....	9
PREFÁCIO .....	11
INTRODUÇÃO .....	21
1. Mudanças climáticas e respostas jurídicas. Delimitação do tema .....	21
2. Premissas e problema de pesquisa .....	25
3. Referencial teórico.....	27
4. Estrutura do trabalho .....	28
1. O PROBLEMA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS .....	31
1.1. Mudanças climáticas como problema biofísico.....	31
1.1.1. O fenômeno da mudança do clima.....	31
1.1.2. A evolução do conhecimento sobre o tema .....	34
1.1.3. Os impactos das mudanças climáticas .....	37
1.2. Mudanças climáticas como problema científico-político .....	40
1.2.1. Mudanças climáticas: percepção, conhecimento e resposta social .....	40
1.2.2. A institucionalização do conhecimento sobre mudança do clima e o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).....	45
1.3. Mudanças climáticas como problema jurídico.....	49
1.3.1. Problema de ação coletiva e efeitos externos .....	50
1.3.2. Transição justa e desenvolvimento num cenário de baixo carbono .....	56
1.3.2.1. Transição justa. Conceito e implicações .....	56
1.3.2.2. Transição econômica e "pacotes verdes" .....	59
1.3.2.3. Para além da transição justa: um desenvolvimento verde?.....	64

1.3.3.	Violação de direitos humanos.....	67
1.3.3.1.	Impactos climáticos e direitos humanos.....	67
1.3.3.2.	Os relatórios especiais sobre direitos humanos e meio ambiente e sobre direitos humanos e mudanças climáticas .....	70
1.4.	O desafio das respostas jurídicas aos problemas climáticos .....	77
2.	POLICENTRISMO E DISCIPLINA MULTINÍVEL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS .....	81
2.1.	O regime internacional das mudanças climáticas.....	81
2.1.1.	A Convenção-Quadro de 1992 e os traços essenciais do regime .....	81
2.1.2.	O Protocolo de Quioto: obrigações substantivas de resultado e baixa efetividade.....	85
2.1.3.	O Acordo de Paris e sua construção jurídica peculiar .....	88
2.2.	Governança climática e disciplina jurídica .....	94
2.2.1.	Governança e governança climática. Definições terminológicas.....	94
2.2.2.	Governança climática, poder e disciplina jurídica.....	97
2.3.	Policentrismo e caráter multinível das ações de combate às mudanças climáticas.....	99
2.3.1.	Diversidade de esferas governamentais e caráter multinível.....	100
2.3.2.	Policentrismo e transnacionalidade .....	104
2.4.	Policentrismo e litigância climática.....	112
2.5.	O papel do Estado nacional na arquitetura institucional de combate às mudanças climáticas.....	122
3.	FUNDAMENTOS DA DISCIPLINA LEGAL DA MUDANÇA CLIMÁTICA.....	127
3.1.	Justiça e clima.....	127
3.1.1.	Justiça ambiental.....	130
3.1.2.	Justiça climática .....	137
3.1.3.	Justiça climática e transição justa. Distribuindo metas e ônus.....	141
3.2.	Direitos fundamentais e clima.....	149
3.2.1.	Direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro .....	150
3.2.2.	Mudanças climáticas e violação de direitos fundamentais .....	158

3.2.3.	Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado .....	162
3.2.4.	Direito fundamental à segurança climática .....	168
3.3.	Mitigação climática e princípios do direito ambiental.....	172
3.3.1.	Prevenção e precaução.....	176
3.3.2.	Acesso equitativo aos recursos naturais e desenvolvimento sustentável .....	182
3.3.3.	Poluidor-pagador, usuário-pagador e protetor-recebedor .....	188
3.3.4.	Progressividade e proibição do retrocesso .....	195
3.3.5.	Informação e participação.....	197
3.4.	As razões justificativas da política de mitigação climática e suas implicações .....	204
4.	ELEMENTOS DAS POLÍTICAS CLIMÁTICAS DE MITIGAÇÃO .....	207
4.1.	Arquitetura institucional do combate às mudanças climáticas e o papel do Estado.....	207
4.2.	Os fins da política de mitigação: princípios, objetivos, diretrizes e metas .....	213
4.2.1.	Princípios da mitigação climática.....	214
4.2.2.	Diretrizes das políticas .....	216
4.2.3.	Objetivos da política .....	218
4.2.4.	Definição das metas .....	220
4.3.	Planejamento como metainstrumento de articulação da política de mitigação climática .....	224
4.4.	Os instrumentos de implementação .....	229
4.4.1.	Instrumentos de comando e controle.....	232
4.4.2.	Instrumentos econômicos.....	237
4.4.2.1.	Precificação do carbono por taxaço .....	238
4.4.2.2.	Precificação do carbono por mecanismos de mercado.....	241
4.4.2.3.	Outros instrumentos econômicos .....	246
4.4.3.	Instrumentos financeiros.....	247
4.4.4.	Instrumentos de informação e participação .....	249
4.4.4.1.	Inventários de emissões .....	251
4.5.	O desenho institucional da política.....	253

4.6. A arquitetura institucional das políticas de mitigação climática .....	256
5. A POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA. CONTEXTO E POSSIBILIDADES.....	259
5.1. O perfil das emissões brasileiras e a orientação da política .....	259
5.2. A evolução da política climática nacional .....	265
5.2.1. Da Convenção-Quadro ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima ....	266
5.2.2. A Política Nacional sobre Mudança do Clima.....	269
5.2.3. As contribuições nacionalmente determinadas .....	272
5.2.3.1. A primeira contribuição nacionalmente determinada e suas atualizações .....	273
5.2.3.2. A segunda contribuição nacionalmente determinada.....	277
5.3. Política de mitigação climática no Brasil. Desafios e possibilidades .....	280
5.3.1. Princípios.....	282
5.3.2. Diretrizes .....	284
5.3.3. Objetivos.....	285
5.3.4. As metas de redução e a contribuição nacionalmente determinada.....	287
5.3.5. Planejamento da transição ecológica e planos setoriais .....	288
5.3.6. Instrumentos.....	297
5.3.6.1. Instrumentos de comando e controle.....	297
5.3.6.2. Instrumentos econômicos.....	300
5.3.6.3. Instrumentos econômicos de mercado. O SBCE.....	303
5.3.6.4. Instrumentos financeiros .....	308
5.3.6.5. Instrumentos de informação e participação.....	310
5.3.7. Desenho institucional.....	312
5.4. Uma arquitetura institucional para a política climática brasileira .....	316
CONCLUSÕES .....	319
REFERÊNCIAS.....	327
LISTA DE SIGLAS .....	365